



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

Ao
Ministério da Justiça
Excelentíssimo Ministro José Eduardo Cardozo
Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Edifício sede.
Brasília – DF. 70064 - 900

CC

Ministro da Saúde
Ministra da Cidadania
Presidentes da Câmara e do Senado

- Moção apresentada pela Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Ciência Política e Sociedade Brasileira de Sociologia na 40ª Assembleia Geral Ordinária da ANPOCS para encaminhamento aos órgãos responsáveis acima citados.

REF. Moção nº001 – 2015 “EM DEFESA DOS DIREITOS E DA LAICIDADE DO ESTADO”.

A Assembleia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS, reunida durante seu 39º Encontro Anual, em Caxambu, no dia 29 de outubro de 2015, manifestamos absoluto repúdio às iniciativas em curso no Congresso Nacional e em Assembleias estaduais e Câmaras municipais que representam retrocessos nos direitos dos indivíduos e uma grave ameaça à democracia.

Por meio desta moção, os cientistas sociais presentes ao Encontro manifestam nossa defesa incondicional da laicidade do Estado, entendendo que ela é uma condição para a democracia e para o exercício da cidadania. Sem ela, estão ameaçados os direitos individuais, entre eles a liberdade religiosa. Crenças privadas, quando transferidas para a esfera política, transformam-se em dispositivos para a promoção da intolerância e para a subtração de direitos.

As investidas atuais contra os direitos humanos têm como alvos prioritários mulheres e homossexuais. Sob o manto do conceito de “família base”, as propostas de alguns parlamentares



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

ameaçam direitos de muitas pessoas, enquanto são afirmados privilégios para alguns núcleos familiares.

Na mesma medida, projetos em tramitação no Congresso promovem o controle sobre o corpo das mulheres, colocando-nas numa posição de sub-cidadania, como no caso das tentativas recentes de retrocesso na legislação relativa ao aborto, que buscam impedir inclusive o atendimento integral no SUS das mulheres que sofreram violência. Iniciativas já aprovadas e outras que têm sido discutidas criam obstáculos para uma educação que contemple a diversidade, que se oponha à violência e que, portanto, colabore para construir um país mais democrático e mais justo. Propostas de lei que permitirão censurar e até mesmo encarcerar professores que estimulem a reflexão crítica complementam os vetos aos debates sobre equidade, diversidade e justiça social nas escolas.

Esta moção expressa nossa posição firme e clara a favor dos direitos individuais, independentemente do sexo e dos modos diversos de vida das pessoas, a favor da laicidade do Estado e de um ensino que contemple os valores da equidade, da diversidade e da justiça.

Manifestamo-nos contra as ações no Congresso Nacional que comprometem os direitos humanos e a cidadania, a favor de um debate aberto que inclua a sociedade, movimentos sociais e pesquisadoras e pesquisadores dedicados às temáticas em foco.

Atenciosamente,

José Ricardo Ramalho
Presidente da ANPOCS.

Antônio Carlos de Souza Lima – Presidente da Associação Brasileira de Antropologia.

Carlos Benedito Martins – Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Leonardo Avritzer – Presidente da Associação Brasileira de Ciência Política.

Caxambu, 29 de outubro de 2015.